

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 1123

DATA : 10 12 89

PG. : A-7

PF envia 250 homens a terras ianomami

Da Sucursal de Brasília

A Polícia Federal deve enviar 250 policiais para efetivar a retirada dos cerca de 40 mil garimpeiros que invadiram a reserva indígena ianomami, em Roraima. A previsão inicial é de que a operação dure 60 dias. O início da retirada depende da aprovação do presidente José Sarney. O ministro da Justiça, Saulo Ramos, entregará o plano de ação ao presidente na próxima terça-feira, para ser transforma-

do em decreto.

O dinheiro para a retirada dos garimpeiros foi liberado pelo Congresso, na noite de quinta-feira: NCz\$ 31,5 milhões, destinados à Funai, que vai "contratar" a PF.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos líderes da "Ação pela Cidadania" disse ontem que a entidade vai reunir na terça-feira médicos e antropólogos para discutir o plano e apresentar sugestões à Funai. A "Ação pela Cidadania" é um

grupo formado por parlamentares, médicos, antropólogos e representantes de associações como a OAB, ABI, Fundação Mata Atlântica e outras.

Severo Gomes não acredita que os garimpeiros tentarão resistir à ação da Polícia Federal. Mas acha que a PF necessitará do apoio das Forças Armadas para realizar a tarefa. "Se a Aeronáutica cumprir a ordem judicial de fechar as pistas de pouso clandestinas na área, metade do serviço estará feito". O senador

afirma que o próprio quadro de calamidade sanitária vai favorecer a retirada dos garimpeiros. Além da polícia, eles já enfrentam uma epidemia de malária.

A malária — e diversas outras doenças — estão dizimando a população indígena ianomami, estimada pela Funai em 9.910 índios. As principais áreas são Surucucu/Paapiu (4.435 índios e 18 mil garimpeiros) e Uauaris (1.015 índios e mil garimpeiros). Os números, do mês passado, já devem estar alterados. A malária

está matando pelo menos dois índios por dia.

A ação de retirada dos garimpeiros será acompanhada da implantação de um projeto sanitário coordenado pelo Ministério da Saúde. O Congresso liberou para esse fim NCz\$ 25 milhões, além de NCz\$ 15 milhões liberados através de uma medida provisória assinada por Sarney. O ministério pretende fazer uma ação de emergência e implantar uma infraestrutura permanente na região.